

Favelas

José Arthur Rios

foto: flávio damm — image



ARQUITETURA prossegue publicando documentos relacionados ao problema brasileiro de habitação. O trabalho que hoje apresentamos é da autoria do professor José Arthur Rios, conhecido sociólogo e, até bem pouco tempo, coordenador dos Serviços Sociais do Estado da Guanabara.

Este trabalho foi publicado, originalmente, em "Aspectos da Geografia Carioca" edição da Associação de Geógrafos Brasileiros e do Conselho Nacional de Geografia que enfeixa uma série de destacados estudos sobre o Rio.

O professor Arthur Rios, neste estudo, apresenta-nos a situação e as características do conjunto favelado do Rio de Janeiro, um dos maiores do país.

A razão de ser desta seção de nossa Revista é o de criar uma consciência do problema habitacional. Nenhum outro intuito — pessimista ou derrotista — nos anima. Pelo contrário, estamos de acôrdo com os que pensam ser, esta consciência, o primeiro e mais importante passo a ser dado no correto encaminhamento de soluções para a carência de moradias existente, hoje, no país.

Estas soluções não podem, evidentemente, ficar, sempre, prêsas a laços "sentimentalóides" ou de falso humanitarismo. A habitação condigna é um dos direitos básicos da pessoa humana e de capital importância na economia social da comunidade. Esta é, em princípio, a razão de não acreditarmos nos planos onde a questão da habitação fica relegada a um nível meramente assistencial. A nosso ver, tal problema só poderá ser resolvido mediante um equacionamento que considere o nosso atual estágio de desenvolvimento, as condições sociais geradas por um incremento populacional explosivo e os fenômenos de uma urbanização crescente e de industrialização acelerada.

A palavra "favela" parece ter sido trazida para o Rio de Janeiro após a guerra de Canudos. Na topografia de Canudos havia um monte com êsse nome, ao sul do povoado. O morro da Favela, de onde a denominação parece ter-se estendido a outros aglomerados humanos no Rio de Janeiro, foi habitado por tropas vindas da luta contra os fanáticos de Antônio Conselheiro. Aí construíram os barracos da primeira favela do Rio, para aí trouxeram o Cristo da devoção de Antônio Conselheiro, que, desde 1901, foi instalado na miúda capela do morro e tem sido até hoje guardado por devotas do morro.

O povo estendeu essa denominação a todo aglomerado de casebres, sem traçado nem arruamento, que começou a generalizar-se no Rio, à medida que a cidade crescia. Não é possível separar o fenômeno da favela do crescimento da cidade. Que o fenômeno é recente — tem menos de trinta anos — demonstra-o o fato de ter sido assinalado no recenseamento de 1920, que registrou a existência, no morro da Providência, de 839 domicílios e 6 casas de negócios. Outros, atualmente formigando de gente, contavam raras habitações. Na "Estatística Predial do Distrito Federal", de 1933, o crescimento da população nos morros não dava para impressionar. Concentrava-se principalmente entre o centro e a zona norte, no Salgueiro, no Providência, no São Carlos e refletia provavelmente o deslocamento de mercados de trabalho. A partir de 1933, a favela começa a marcar a paisagem carioca.

Em 1920, o Rio de Janeiro tinha 1 200 000 habitantes. Em 1940, passava a 1 800 000. Em 1950, 2 400 000. Hoje terá, com as cidades-satélites, cerca de 3 600 000 almas. Isto quer dizer que, em 30 anos, dobrou sua população. O crescimento de uma cidade não exige apenas um **hinterland** capaz de agüentar êsse crescimento: requer capacidade técnica que possa orientar êsse crescimento para formas humanas de convivência. Exige engenharia, urbanismo, administração. Exige também governo. A construção de uma metrópole não é apenas um fenômeno da natureza, mas uma criação consciente. A maneira como o Rio de Janeiro cresceu e as forças sociais econômicas que nortearam êsse crescimento teriam de conduzir necessariamente a uma perda de valores humanos.

Em primeiro lugar, o fenômeno do crescimento urbano não é peculiar ao Rio de Janeiro. No país inteiro, a população urbana vem crescendo em ritmo acelerado. Parece que essa urbanização acompanha um processo generalizado em nosso tempo, no mundo inteiro, de transformação das estruturas econômicas que passam da fase primária e secundária para a fase terciária. Êsse processo econômico assume aspectos sociais na multiplicação das cidades e no crescimento das metrópoles tentaculares.

No Brasil, entretanto, reveste-se de características singulares. Não há dúvida que a população urbana vem crescendo. No censo de 1940, a população urbana era de 9 milhões, isto é 22% do total; no censo de 1950, já era de 13 milhões. Em 1940, a população suburbana era de três milhões e meio, isto é, 9% do total; em 1950 era de seis milhões, quase o dôbro. Em 1950, a população urbana representava 25% do total, a suburbana 11%, as duas somadas, 36% da população brasileira.

Mais expressivo, porém, que êsses dados gerais, é o fato de apenas duas cidades, o Rio de Janeiro e São Paulo, possuírem cerca de 4 500 000 habitantes, quer dizer aproximadamente um terço de tóda a população urbana do país. Êste fato, índice de gigantismo, assinala profundos desequilíbrios na distribuição demográfica. O Rio de Janeiro, entre 1940 e 1950, cresceu de 613 310 habitantes, isto é, de quase 35%. É preciso notar que o crescimento da população brasileira, nesse período foi de 26%. Enquanto o incremento anual do país por 1 000 habitantes foi de 24, o do Rio foi de 30. Analisado êsse crescimento pelos quadros urbano e suburbano, avulta ainda mais:

em 1940, a população urbana do Rio era de 800 000 habitantes: em 1950, 1 800 000. A população suburbana, no entanto, no mesmo período, caiu de 700 000 para 500 000, decréscimo que talvez encontre explicação nas mudanças de definição das áreas urbana e suburbana. De qualquer forma, a população urbana do Rio representa hoje 75% do total, a população suburbana, 22%.

A natalidade é insuficiente para explicar esse crescimento. O índice de 25 por 1 000, bem inferior ao índice brasileiro de 43 por 1 000 e o decréscimo da mortalidade não explicam, por si sós, esse crescimento. Resulta êle das migrações internas. Segundo o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, em conferência recente, esse fenômeno é responsável pela contribuição de cêrca de 440 000 pessoas no aumento total de 625 000 ocorrido entre 1940 e 1950.

Não se pense, entretanto, que o fenômeno migratório se processa em maior volume entre o *hinterland* e as metrópoles brasileiras. Em estudo recente, Pompeu Acióli Borges demonstra que o volume das trocas é mais acentuado dentro das próprias regiões fisiográficas do que entre as diversas regiões. Somados os porcentuais de aumento da população nas principais cidades brasileiras, Rio, São Paulo, Recife, Salvador, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Fortaleza e Belém, entre 1940 e 1950, seriam 47%, enquanto no resto do país era apenas de 23%. A contribuição migratória nessas cidades foi superior a 70% atingindo o máximo em Recife onde chegou a 76%.

Essa verdadeira corrida para as cidades, que não aumenta apenas a população do Rio e São Paulo, embora nessas duas cidades apareça com magnitude ímpar, tem seu correlato na proliferação das favelas. O tipo de habitação que caracteriza a favela não é característico do Rio. Existe por tôda parte, no Brasil, revestindo certos traços locais de diferenciação. No Nordeste, é o mocambo contra o qual se desencadearam campanhas tão espetaculares e inúteis como as que se moveram no Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, são as malocas que aparecem, não só em Pôrto Alegre, como nas cidades da fronteira.

O Prof. Laudelino Medeiros, que as estudou, assim descreve as vilas de malocas: "...Aos milhares disseminadas em quase todos os quadrantes da cidade, são construídas com tábuas novas e velhas ou restos de materiais (inclusive caixões) cobertos na grande maioria de telha francesa e piso de lama. A não ser naquelas faces de terreno limítrofes de ruas, essas 'vilas' são aglomerados irregulares, sem qualquer alinhamento." Essa descrição poderia aplicar-se a uma favela carioca, da qual no entanto, a maloca se extrema por outros característicos. Em meados de 1949, existiam doze dessas vilas e sua população era calculada pela Prefeitura de Pôrto Alegre em 15 000 almas.

Há um traço comum entre o mocambo, a maloca, a favela e tôdas as concentrações humanas que a elas se assemelham nas cidades brasileiras: é a miséria, é o baixo padrão de vida dessa população, sua dificuldade de acesso às camadas econômicas que constituem o núcleo mais típico dos aglomerados urbanos. E aqui é importante estabelecer uma distinção que tem sido habitualmente esquecida quando se compara o crescimento da população urbana em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, ao mesmo fenômeno em países subdesenvolvidos, ou de vastas áreas subdesenvolvidas, como o Brasil. A preocupação ufanista influiu nessas análises levando seus autores a considerar o crescimento urbano, apreciado simplesmente nos seus quantitativos, como expressão de desenvolvimento.

Esquecem que comparam fenômenos heterogêneos. A migração entre o campo e a cidade, nos países desenvolvidos, leva para estas pessoas que representam o superavit humano dos campos. À medida que a agricultura atinge níveis técnicos mais elevados a máquina dispensa o esforço humano, liberando um número cada vez maior de indivíduos para outros tipos de atividade. Esses indivíduos trazem para a cidade um acréscimo de valores humanos, porque emigram de áreas onde a estabilidade social e econômica se refletiu num nível alto de saúde, alimentação, habitação, vestuário e instrução. Esse tipo de migrante representa para as cidades uma parcela de riqueza, não apenas um "braço". Sua adaptação à vida ur-

foto: flávio damm — image



ba se processa sem conflito. A cidade e campo, neste caso, possuem uma cultura comum.

Na situação brasileira, porém, a migração para as cidades é, antes de tudo, uma fuga à miséria. O fenômeno da desintegração do latifúndio brasileiro expulsa para as cidades o superavit da miséria, os braços que a terra, pela redução das glebas no minifúndio, ou pelo seu empobrecimento, não mais pode sustentar. Esse migrante troca um tipo de sobrevivência de traços feudais, onde curte fome e não tem perspectiva nenhuma de acesso, por qualquer tipo de subserviência onde tenha assegurado o pão, para si e sua família. Esse migrante, além de trazer consigo dons escassos de técnica, afeito que foi unicamente ao cabo da enxada, carrega para a cidade todas as deficiências sanitárias e educacionais do nosso meio rural, a verminose e o analfabetismo, o pé descalço e o banho de ervas, a superstição e o messianismo. Entre ele e o morador típico da cidade, existe a mesma distância cultural que já existia entre ele e o proprietário da terra onde trabalhava.

Note-se que a maioria da população favelada do Rio de Janeiro não é constituída, como muita gente pensa, de nordestinos, e sim de fluminenses e mineiros, isto é, de egressos de regiões onde o ciclo agrícola típico do latifúndio brasileiro alcança, com grande rapidez, suas últimas fases, de cultura nobre para a de mercado, desta para a de subsistência, daí para o pastoreio. É exatamente, em extensas regiões desses Estados, que a agricultura está cedendo lugar, não a formas mecanizadas, mas simplesmente à pecuária, forma de atividade rural que tem o efeito, nas condições em que é exercida entre nós, de rarefazer o povoamento, dispersar as populações, tornar escassas as cidades e acelerar o êxodo rural. Nessas circunstâncias, os centros industriais e, de modo geral, as cidades, polarizam, com maior intensidade, essas migrações.

É o fenômeno que está ocorrendo, por toda parte, no Brasil e é, no caso do Rio de Janeiro, uma das dominantes na formação das favelas. A esse processo, porém, somam-se outros, intrínsecos ao aglomerado urbano e que decorrem de sua integração num determinado sistema econômico. Em toda cidade que participe do sistema econômico capitalista tendem a criar-se áreas de habitação comandadas, entre outros fatores, pela desigualdade de valores imobiliários. Essas zonas já foram exaustivamente estudadas pelos ecólogos e sociólogos urbanos norte-americanos e europeus. Elas resultam de uma confluência de fatores econômicos e sociais, o valor do terreno coincidindo com a diferenciação social e econômica das populações urbanas. A pressão econômica e social parece exercer-se a partir de um centro de dominância, onde os valores imobiliários são os mais altos. Nas modernas cidades-capitalistas há um crescimento para a periferia, há uma constante expulsão dos elementos menos favorecidos, para as zonas de terrenos menos caros, até que encontrem seu nicho próprio na grande colmeia urbana.

Dada a constância da ação dessas forças sociais e econômicas nas cidades que atravessam a fase do capitalismo industrial, todas apresentam características semelhantes: certa especialização de áreas e certa distribuição de população que assume profundas diferenças de nível e padrão de vida; zonas de especialização industrial e comercial; zonas de residência de classe alta e classe média; zonas proletárias e de desintegração. Quanto a estas últimas, começam caracteristicamente, por pequenos núcleos de habitações pobres, depois, à medida que a cidade cresce em quantidade e complexidade, vão-se estendendo até atingir as proporções das *shacktowns* americanas, das *villes de taudis*, das favelas.

Aqui, dentro do mesmo sistema sócio-econômico, que assinala com as mesmas marcas, cidades colocadas em latitudes as mais diversas, temos inversamente peculiari-

dades locais que as transformam em fenômeno único. Na paisagem do Rio de Janeiro, por exemplo, é fácil identificar as zonas ecológicas que a sociologia já demarcou em outras coletividades urbanas. Apesar da topografia carioca, o crescimento da cidade ocorreu a partir do centro para a periferia. A diferenciação ecológica entre áreas privilegiadas e áreas de desintegração também aparece, nitidamente, na cidade. Como ocorreu, e ainda ocorre, em outras cidades, os elementos menos favorecidos procuraram localizar-se em habitações mais baratas e ao mesmo tempo próximas do seu local de trabalho. Os primeiros *slums* do Rio de Janeiro foram os "cortiços" e as "cabeças-de-porco" do começo do século, de que descendem, ainda hoje, em linha direta, as hospedarias.

O processo da capitalização da terra nas cidades, a partir do centro, inexorável aqui como alhures, não tardou, entretanto, a expulsar esse tipo de habitação para a periferia econômica da cidade. Esse fenômeno já é assinalado no censo de 1920, embora venha de muito antes. Bulhões de Carvalho, tendo de explicar a diminuição de habitantes nos distritos do centro comercial, atribuiu-a à "grande valorização dos terrenos nessa parte da cidade, completamente transformada após a abertura da Avenida Rio Branco e o desaparecimento dos casebres e domicílios coletivos que ali existiam e eram habitados antigamente por numerosos indivíduos das classes proletárias".

Essa expulsão do proletariado urbano carioca para a periferia teria tomado a configuração que o mesmo movimento assume em outras cidades, na mesma fase de desenvolvimento, não fossem dois fatores que lhe imprimiram feição peculiar: um deles foi a inexistência de rede de transportes cuja expansão pudesse acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento urbano. O outro foi a existência de morros, no coração da cidade, que, nesse estágio da técnica, só poderiam ser povoados com grandes inversões de capital e equipamento.

Os números demonstram que a "urbanização" do centro, marcada pela demolição de prédios velhos, foi acompanhada de forte penetração para o subúrbio. As demolições que precederam a abertura da Avenida Central, como bem viu Bulhões de Carvalho, foram logo seguidas de grande aumento no movimento de trens de subúrbios da Estrada de Ferro Central do Brasil. O notável estatístico cita a cifra de 1 876 525 passageiros. A influência para a periferia continuou. Em 1890, a população suburbana e rural representava 48 400 almas: em 1906 eram 90 500. Em 1906, a área urbana do Rio representava a sétima parte do total: em 1950 era a quarta parte. A concentração demográfica no centro urbano, como bem observa no seu lúcido estudo Alberto Passos Guimarães de quem tomamos esses dados, é mais de menos de 30 quilômetros quadrados, houve entre 1906 e 1950, um crescimento de 1 200 000 habitantes, mais expressivo que crescimento de 414 743 habitantes numa área de cerca de 900 quilômetros quadrados, que tal é a extensão da zona suburbana e rural. "Enquanto a população da cidade, entre 1906 e 1950, se elevou de 283%, a população dos distritos periféricos cresceu de 326%".

Entre 1906 e 1920, logo após esse primeiro movimento de concentração urbana, há um reflexo para a periferia. Passos Guimarães atribui esse segundo movimento a agravamento das condições de vida na cidade e, particularmente, às condições mais difíceis de habitabilidade nas zonas centrais em comparação com as existentes no interior. Essa disseminação do povoamento também se explicaria, segundo Bulhões de Carvalho, "graças à redução das distâncias, pelo aumento e maior facilidade dos meios de transporte do centro para os longínquos arrabaldes onde a vida é, em geral, menos cara e mais confortável".

Se 1906 representa um marco no crescimento da cidade e no desenvolvimento do subúrbio, 1930 é a data significativa na história das favelas.

Dessa data em diante, o transporte do centro para o subúrbio, não corresponde mais à idílica descrição de Bulhões de Carvalho, em 1920. O crescimento da cidade sofreu um aceleramento que não encontrou correspondência na ampliação da rede de transportes. Basta ver que, após a inauguração dos trens elétricos, na Estrada de Ferro Central do Brasil, em julho de 1937, o número de passageiros nas linhas de pequeno percurso e nos subúrbios, aumentou, "apenas nos seis primeiros meses", de 3 948 857. Nem a qualidade, nem a quantidade do material rodante, tem acompanhado o crescimento em volume da massa humana transportada. Seguindo uma lei que parece presidir ao crescimento da grande metrópole brasileira, a cidade se expande, transbordando já dos limites do Estado da Guanabara e englobando núcleos do Estado do Rio de Janeiro, típicas cidades-satélites, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, que, em suas relações essenciais, passam a depender do Rio e não de sua metrópole política.

Nesse quadro, entra um fator da maior importância: o crescimento do Rio de Janeiro como mercado de trabalho. A cidade evoluiu de uma fase artesanal de trabalho para grande centro manufatureiro. Essa mudança determinou outra pressão brutal sobre as condições de habitação. O artesanato se exerce no domicílio; a indústria exige a locomoção de grandes massas do local de residência para o local de trabalho. Hoje, o operário que reside em Nova Iguaçu e vem trabalhar no centro da cidade gasta duas horas para chegar ao trabalho, duas horas para voltar para casa. Perde, assim, quatro horas em transporte que não é apenas de um tipo. Tem de andar a pé, de microônibus, de trem, de bonde, mudando de

veículo nessa viagem, onde enfrenta diariamente grandes riscos de vida.

O desenvolvimento industrial produziu deslocamentos humanos que os censos registraram. As primeiras concentrações de indústrias na Gávea e em São Cristóvão, repercutiram nitidamente na distribuição demográfica. Mas foi, sem dúvida, a indústria de construções que desempenhou o papel mais importante nesse processo. Essa indústria absorve u'a mão-de-obra flutuante que não reside, nem pode residir, nas proximidades do trabalho. O desenvolvimento imobiliário de Copacabana e da zona sul atraiu de toda parte e do interior grande massa de trabalhadores.

Todos esses fatores, no entanto, teriam sido facilmente controlados não fôsse a crise financeira permanente caracterizada pelo processo inflacionário e o contínuo descompasso entre o poder aquisitivo da moeda e a elevação do custo de vida. A gangorra salários-preços funcionou incessantemente contra o carioca. Houve uma valorização dos imóveis que chegaram a concorrer com a indústria como forma de investimento, dada a instabilidade da moeda. O custo da construção também se elevou, dificultando a um número cada vez maior de pessoas o acesso à casa própria. Os inquéritos de salário mínimo têm demonstrado que Cr\$ 200,00 é a cota média normal representando 20% dos salários, que se destinam a alugueis. Ora, cerca de 50% da população remunerada do Estado da Guanabara se enquadram em classes de salários inferiores a Cr\$ 1 000,00. Assim, a soma de Cr\$ 200,00 corresponderia à taxa usual de 1% sobre o aluguel de um imóvel no valor de Cr\$ 20 000,00. Essa importância é de todo insuficiente para a aquisição de uma casa de alvenaria com 30 metros quadrados, espaço mínimo para uma família de cinco pessoas. "Mas ainda que isso fôsse possível, acentua Passos Guimarães, de quem tomamos as



cifras, haveria de sê-lo em terrenos menos valorizados, sômente disponíveis nas áreas periféricas grandemente afastadas; e aí o problema do transporte módico e rápido teria também de ser resolvido. Tendo-se presente o custo de alguns edifícios de apartamentos, — na base de... Cr\$ 2 500,00 a Cr\$ 3 500,00 o metro quadrado, — verifica-se que êsse tipo de habitação, vantajosa quanto à economia de terreno, distancia-se ainda mais das possibilidades da população”.

As estatísticas mais recentes de custo de vida só têm a confirmar o agravamento do problema. Os índices tomando por base 1948 = 100, sofreram, no Rio de Janeiro, em 1956, uma elevação geral de 400. O custo da habitação, particularmente, elevou-se para 942; o transporte para 289; a luz e o combustível para 208.

Nesse conjunto de fatores, todos os elementos da valorização imobiliária, o custo da construção em material e mão-de-obra, o valor dos terrenos, e o preço dos aluguéis, somados à dificuldade dos transportes, vieram agravar a crise predial que, em grande parte, explica a formação das favelas. A comparação entre os “habite-se” concedidos pela Prefeitura, entre 1945 e 1949, e o número de casamentos, é um índice, embora insatisfatório, dessa crise. Em 1949, o deficit era de 5 000. Entre 1945 e 1949, o deficit teria sido de 27 542.

Justifica-se dessa maneira o aparecimento de moradias rústicas nos morros a partir de 1933, época em que foi realizado um censo predial no antigo Distrito Federal. Acompanhando o crescimento numérico desse tipo de moradia nos morros do centro da cidade que a Municipalidade esqueceu como possibilidades urbanísticas, verifica-se que as datas são 1933 e 1941. As 57 889 habitações rústicas encontradas pelo censo de 1933, no Distrito Federal, distribuíam-se principalmente pelos distritos periféricos. Sômente parte insignificante localizava-se nos morros. Em 1949, o levantamento do Serviço Nacional de Febre Amarela contava 65 317 casebres. Em 7 anos, surgiram 7 428 casebres, ou seja, 1 060 por ano. No entanto, ao repetir seu inquérito em 1949, o mesmo Serviço encontrou 89 635 casebres, mais 24 318 que no inquérito anterior. A taxa anual de crescimento dos barracos fôra, portanto, de 2 702 casebres.

A análise dos dados estatísticos permite uma visão geral do problema. Até 1933, surgem barracos nos morros da Providência, Salgueiro, Arrelia, Cantagalo e Babilônia. As favelas começam a se multiplicar entre o centro e a zona norte. Os novos fatores que surgem depois de 1930 e, com maior intensidade, depois de 1941, a inflação, a especulação imobiliária e a valorização dos imóveis, vão disseminá-las praticamente por tôda a cidade. Essas forças econômicas tenderiam a disseminar as massas proletárias na periferia urbana; mas a crise do transporte fêz com que buscassem abrigo no próprio centro urbano, nas zonas ainda não urbanizadas, no alto dos morros e nos terrenos baldios determinando as aglomerações de barracos.

Mas êsses fatores não representam a explicação definitiva para o fenômeno das favelas. Não teriam atingido tal extensão, — verdadeiras vilas dentro da cidade — se não respondessem a condições normais de vida de grande parte de nossa população. O barraco que nos parece a quintessência do desconforto nada mais é que a habitação costumeira de maioria das nossas populações rurais. As estatísticas dos censos prediais revelam que as habitações construídas de outros materiais que não a madeira ou a alvenaria, portanto de qualidade inferior, representam mais de 50% das moradias recenseadas. Assim, entre os barracos das favelas, as malocas e os mocambos e a habitação dos trabalhadores rurais não há grandes diferenças. Filiam-se todos, socialmente, à senzala do tempo da escravidão. O típico, na favela, não é o

barraco, mas o agrupamento desordenado das habitações e, principalmente, o contraste entre êsses aglomerados e a regularidade do traçado urbano.

A favela não subsistiria se não houvesse uma constante migração para a cidade de massas subdesenvolvidas. A favela é a repercussão urbana do subdesenvolvimento brasileiro. É a presença no aglomerado urbano, contrastando com seus padrões de conforto e civilização, de indivíduos subnutridos, ignorantes e socialmente desajustados. Subscrevemos, assim, inteiramente a conclusão a que chegou Passos Guimarães em seu trabalho: “Como é óbvio, não são as favelas que produzem os baixos padrões de remuneração, de instrução, de higiene de seus habitantes, mas, justamente, pelo contrário, são os baixos padrões de remuneração, de instrução e de higiene existentes em nosso país que geram as favelas”.

Representam uma cunha subdesenvolvida no civilizado meio urbano. Para estudar-lhes a vida e interpretar as atitudes e reações de seus moradores, tivemos, muitas vezes, de lançar mão de um conceito formulado por Emilio Willems ao estudar populações de nosso interior. A “cultura cabocla” em que o antropólogo sintetizou características psicológicas e sociais do homem rural brasileiro persiste e emerge em diversos aspectos do comportamento do favelado. Ao estudar seu comportamento sanitário, escolar, religioso, encontramos formas de conduta que permanecem intactas em nosso meio rural, nas zonas principais de migração dos favelados.

Como todo fato social, entretanto, a favela é uma resultante e, ao mesmo tempo, um poderoso condicionador. Em 1950, o censo contou 170 000 favelados, distribuídos em 58 favelas. O censo da Prefeitura, realizado dois anos antes, havia chegado a cifras mais pessimistas: 105 favelas e 280 000 habitantes. As estimativas recentes mencionam 600 000 favelados, cifra cuja fidelidade é difícil apurar. No entanto, os inquéritos parciais realizados em certas favelas por diversas entidades confirmam um fato: o crescimento de sua população num ritmo mais acelerado que o do próprio agregado urbano. O Dr. Augusto Duprat, autoridade em habitação, afirmava, há poucos dias, em entrevista num vespertino carioca, que o número de moradores de hospedarias, cabeças-de-porco e favelas totalizava cerca de um milhão. Quase um terço, portanto, da população da cidade do Rio de Janeiro.

Dado o elevado número de crianças e adolescentes que vivem nas favelas, êsse fato assume a maior gravidade numa perspectiva de 20 ou 30 anos. A favela condiciona as atitudes, as emoções de um número cada vez maior de pessoas, chamadas a integrar a população de uma metrópole em época de rápidas mudanças tecnológicas e de profundas reivindicações sociais. Êsses são os dados fundamentais que o administrador e o político terão de levar em conta quando empreenderem a solução do problema. Jamais logrará solução local. A favela é inseparável de certo tipo de estrutura sócio-econômica, que comanda as relações de trabalho nos campos. Enquanto se permitir o latifúndio e o minifúndio em extensas regiões brasileiras, as fontes abastecedoras da miséria nacional e do subdesenvolvimento não serão estancadas. É um fenômeno de proletarianização que começa no campo e chega a sua conclusão lógica nas cidades. Estas, ao invés de se beneficiarem com o superavit humano das zonas rurais recebem a sobrecarga da miséria. Transformam-se em vastas hospedarias para êsses migrantes que as procuram na esperança de uma vida melhor. A favela surgiu em função dessa esperança. Por isso só podem desaparecer se o poder aquisitivo dessas populações fôr aumentado e se o governo encarar como sua principal tarefa o que vem sendo a meta real dos governos do ocidente e do oriente: a supressão do proletariado rural e urbano. ■